

Programa ProSucesso “falhou de forma geral”

O coordenador da avaliação externa do ProSucesso, João Cabral, considerou, na Assembleia Regional, que aquele programa educativo açoriano implementado em 2015 “falhou de forma geral”, porque quis abranger todos os ciclos de ensino.

Ouvido na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia dos Açores, a pedido do PSD, o responsável pela avaliação do programa considerou que o ProSucesso “falhou de forma geral”, porque teve a “grande falha” de procurar abranger toda a comunidade escolar.

“No geral, o ProSucesso falhou, mas foi porque queria abranger todos os ciclos ao mesmo tempo. Todas as estruturas da escola. Na prática, ao nível do ensino, ao nível social, todas as áreas agregadoras da sociedade não conseguiram produzir o mesmo resultado”, afirmou.

Criado em 2015 pelo Governo Regional liderado pelo PS, o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, designado por ProSucesso, visava a redução da taxa de abandono precoce da educação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino.

João Cabral alertou que “nem todas as componentes” do programa falharam, uma vez que o ProSucesso teve um “impacto positivo” ao nível do primeiro ciclo.

“Chamo a atenção de que, na parte final do relatório, é dito que conseguimos verificar que, no primeiro ciclo e no pré-escolar (...) o ProSucesso teve um grande impacto, apesar das debilidades científicas na distribuição da matemática e do português”,



Coordenador da avaliação externa diz que “grande falha” foi procurar abranger toda a comunidade escolar

assinalou.

O deputado do PS Rodolfo Franca evocou críticas de professores ao relatório em causa e questionou se “não era melhor” assumir que aquele relatório estava incompleto, uma vez que não foram “ouvidas algumas partes”, como a Inspeção Regional de Educação.

“O que foi possível avaliar está avaliado. O que não foi, não está presente”, retorquiu o coordenador da avaliação.

João Cabral alertou para a “grande carga de trabalho burocrático” nas escolas, sugerindo a criação de uma “carreira intermédia na área do ensino

para aliviar” a burocracia a cargo dos professores.

“A carga burocrática é o alvo a abater”, afirmou, após questionado pelo deputado do PSD Rui Espínola.

O professor de matemática revelou que o ProSucesso foi encarado por algumas escolas da região como “um espartilho”, uma vez que várias instituições já tinham o seu projeto educativo antes de 2015.

Na mesma comissão, a Secretária da Educação do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), Sofia Ribeiro, realçou que o Executivo foi “totalmente isento” à avaliação externa.

“O Governo Regional não tinha

qualquer intenção de comprovar sucessos nem comprovar insucesso. A nossa intenção é sujeitar um plano, assim como os restantes processos educativos, a uma avaliação externa”, afirmou.

Sofia Ribeiro realçou que o relatório concluiu que existiu uma “apreciação mais ou menos positiva” de alguns aspetos do programa educativo.

“Se tivéssemos, desde novembro 2021, uma avaliação externa que fosse francamente negativa e totalmente negativa a um projeto educativo, neste momento já não tínhamos tido qualquer hesitação em rever este processo. Não é este o caso”, concluiu.

Aposta na preservação das raças autóctones



O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, enalteceu ontem “a preservação do património genético das Raças Autóctones açorianas, em prol da identidade das gerações futuras”.

Para o titular da pasta da Agricultura, “importa continuar a preservar as Raças Autóctones e desenvolver uma estratégia de conhecimento interna e externa aos Açores que proporcione uma melhor informação para os açorianos e para quem” visita o arquipé-

lago.

É de salientar que actualmente existem cinco Raças Autóctones açorianas: a Raça Ramo Grande, Raça Burro da Graciosa, Raça Pónei da Terceira, Raça Cão Barbado da Terceira, Raça Cão de Fila de São Miguel, e encontra-se ainda em fase de reconhecimento a população Brava dos Açores.

Segundo diz o governante, “as Raças Autóctones são um valor geracional e endógeno que também interessa envolver no planeamento da sustentabilidade dos Açores”, acrescentando que “são estas raças adaptadas que, principalmente, garantem os ecossistemas locais e asseguram a sua viabilidade futura”.

Por outro lado, António Ventura realçou que as Raças Autóctones são um “activo vivo” patrimonial que dão identidade aos Açores, pois “asseguram projecção turística, são garantia de sustentabilidade ambiental e enriquecem a biodiversidade animal”.

Nesse sentido, no decorrer do corrente ano, o Executivo açoriano irá promover diversas mostras das Raças Autóctones, para um melhor conhecimento público.

É de realçar que o efectivo destas raças em 2021 era constituído por 2.342 animais referente à população Brava dos Açores, a Raça Ramo Grande com 2.081 animais e o Burro da Graciosa com 43.

Já a Raça Pónei da Terceira tem um total de 88, enquanto que o Cão Barbado da Terceira tem 1.327 animais e o Cão de Fila de São Miguel tem um total de 2.213.

Em 2022, o Governo Regional dos Açores vai prosseguir com a elaboração de prospectos de divulgação, tal como aconteceu em 2021, que serão distribuídos pelas Associações Agrícolas, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia contribuindo para a difusão destas raças.